

## **As estratégias discursivas presentes na origem do referencial para o desenvolvimento sustentável: uma análise crítica do Relatório de Brundtland**

Autoria: Vania Maria Fighera Olivo, Maria Ceci Misoczky

### **Resumo**

Esse ensaio teórico tem como objetivo principal fazer a análise crítica do Relatório de Brundtland – documento de referência para a maioria das abordagens sobre desenvolvimento sustentável. Para tanto, adota-se o referencial de campos de poder, a partir de Pierre Bourdieu, e a metodologia da análise crítica de discurso, desenvolvida por Norman Fairclough – ambos são, brevemente, apresentados no primeiro item desse artigo. A seguir se encontra a análise propriamente dita, organizada em cinco temas a partir do conteúdo do Relatório: a agenda internacional, o conceito de desenvolvimento sustentável, a viabilização do novo modelo de desenvolvimento, o sentido da responsabilização e estratégias alternativas. A análise realizada indica a utilização de estratégias discursivas que opacificam a lógica economicista que o orienta, bem como os interesses que privilegia. Para encerrar, se apresenta a indicação de uma referência ético-crítica, a partir das formulações de Enrique Dussel, com potencialidade para orientar a construção de um outro referencial de sustentabilidade, orientado para a emancipação e para a transformação das relações sociais que ameaçam a vida.

O Relatório de Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e publicado em 1988, é uma referência para a maioria dos estudos sobre desenvolvimento sustentável (DS) e, também, para o direcionamento de ações estratégicas alternativas no contexto das políticas públicas.

O arcabouço discursivo do Relatório tem bases políticas, ideológicas e conceituais em um documento elaborado em 1972. Este documento, intitulado “Os limites do crescimento” (Meadows et al., 1972), foi elaborado por uma comissão internacional, denominada o “Clube de Roma”, liderada por Dennis L. Meadows. Esta comissão surgiu em função da crise econômica da década de 70, marcada pela escassez de energia, de alimentos, de certas matérias primas, sem falar das tensões e conflitos sócio-políticos que se alastravam sobre todos os continentes. De acordo com Fiori (1992), esta crise trouxe à luz os limites impostos pelas contradições presentes no pacto de dominação dos países industrializados, que sustentou a estratégia de crescimento e modernização liderados pelo modelo do Estado desenvolvimentista. Cole et al. (1973) criticam este documento pois, a partir deste, muitas pessoas passaram a pensar a crise do modelo de desenvolvimento, e seus conseqüentes problemas causados à humanidade, apenas a partir da ótica dos limites físicos: matérias primas, combustíveis fósseis e nucleares.

Apesar das críticas, o relatório do Clube de Roma legitimou a constituição de um campo internacional do desenvolvimento sustentável, ao desencadear uma série de fóruns mundiais pautados nos resultados do documento. Neste mesmo ano acontece a Conferência de Estocolmo, em 1972, liderada pelas Nações Unidas, que tratou exclusivamente das questões de crescimento econômico e meio ambiente. Este fórum lançou as bases para a urgência da elaboração de uma comissão especial para tratar desse grande desafio imposto à comunidade internacional. No início da década de 80 é formada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob articulação da ONU, cujo resultado culminou com a apresentação do Relatório de Brundtland. Esta Comissão foi composta, em sua maioria, por representantes de países em desenvolvimento e com a presença de ONGs ambientalistas. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, embora formalmente ausentes do campo, são atores que determinam as regras do jogo e direcionam os resultados, já que os países em

desenvolvimento não detinham poder suficiente, na comunidade das nações, para exercer tal influência.

Este artigo tem como objetivo realizar a análise crítica do discurso contido no Relatório de Brundtland. Para realizá-lo, adota-se o referencial apresentado no item que segue e desenvolvido por Norman Fairclough, com pitadas de Pierre Bourdieu. A seguir se encontra a análise das estratégias discursivas identificadas no Relatório, bem como das consequências da adoção acrítica das suas recomendações. Finalmente, encontra-se uma reflexão sobre as potencialidades de redirecionar a abordagem do desenvolvimento sustentável adotando-se o princípio de uma ética universal da vida humana.

## 1 A opção pela análise crítica de discurso

Adotar a análise crítica de discurso, para compreender os sentidos do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, também conhecido como Relatório de Brundtland - documento que marca a constituição do campo internacional do desenvolvimento sustentável (CIDS) -, funda-se na necessidade de considerar o texto enquanto recurso de construção de significados socialmente compartilhados e dotado de poder simbólico. Para Fairclough (2001) a importância do discurso enquanto viabilização de uma prática está no fato de que tanto a transformação quanto a reprodução do mundo social são provocadas pelo discurso, pois o mesmo contribui para a construção de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, organizam a sociedade. Nesse sentido, os discursos, enquanto recursos estratégicos que são, podem conter um caráter assumidamente ideológico pelo fato de serem investidos de várias práticas sociais, econômicas, culturais e políticas.

A linguagem passa a não ser mais vista como algo transparente, enquanto mera portadora de sentidos óbvios. Ao contrário, a mesma é impregnada de opacidade e/ou de viés ideológico, os quais, justamente, dissimulam a ligação do discurso com a prática política e social, conferindo-lhe um sentido aparentemente vago nas maneiras de representar processos que são específicos. Para Fairclough (2000, p.25) existe vantagem estratégica em se adotar um discurso vago, em não especificar detalhes de processos: “quanto mais genérico for, mais aberto estará a várias interpretações de líderes posicionados de maneira diferente”.

Tais orientações tornam-se ainda mais relevantes quando se parte da premissa de que os processos históricos, refletidos nos discursos políticos, bem como em outros, são revestidos de uma espécie de “*opacidade lingüística*”, dificultando perceber claramente os esquemas enrustidamente classificatórios – regras, estruturas, ideologias – que se produzem em cada campo específico. Há, portanto, a necessidade de ver os entremeios, de buscar as condições em que foi produzido o texto e as posições de sujeito, o que está ou não claramente expresso no discurso. Nesse sentido, a análise crítica do discurso faz emergir a intenção opacificada da narrativa, possibilitando que os sujeitos se tornem mais conscientes de sua própria prática, e mais críticos dos discursos investidos ideologicamente a que são submetidos.

Bourdieu (1998a) sugere o rompimento com a linguagem estabelecida, com o modo como os diversos temas são colocados no espaço público, já que existe uma cumplicidade entre o discurso que se está propenso a produzir e as estruturas de dominação existentes. Esse rompimento deve valer-se de um conjunto de relações que permitam que o fenômeno em estudo se apresente de forma nova aos olhos do pesquisador. Isso implica, de modo imediato, em historicizar o objeto em questão. No processo de reconstrução desse objeto, através do qual as questões sociais são apresentadas, a postura do pesquisador deve ser a de explicitar os conjuntos e relações estruturais que estão subjacentes ao modo como o mundo se naturalizou, se tornou evidente para os atores sociais. Nestes termos, a noção de campo de disputa de Boudieu (1996) é utilizada para romper com o sentido comum do objeto, partindo da premissa

de que a sociedade se constituiu por um processo de diferenciação de espaços, de esferas de ações sociais, marcado por processos de lutas simbólicas entre os atores com interesse no que ali se disputa. Cada campo é definido a partir de um espaço estruturado que contém suas próprias regras de funcionamento, as quais são dadas, em cada momento, pelas relações entre as posições que os agentes ocupam. Nessa lógica, os campos, enquanto espaços de disputa, apenas existem para os que aderem ao jogo e tem as disposições para jogar. Os atores são definidos pelas suas posições relativas no campo, as quais são determinadas por uma série de capitais ou recursos de poder diferenciado.

Para compreender o sentido ideológico, político e social, contido em textos que são recursos na disputa pela definição das regras em campos de poder, é preciso um exercício de desopacificação/desnaturalização e desvelamento, buscando o que está nas entrelinhas do discurso, exercendo sobre ele uma hermenêutica da suspeita, o que implica na possível construção de um novo recorte teórico, visando produzir novos ângulos de análise para os problemas que se colocam em relação ao que se mapeou antes sobre o assunto. Neste exercício de descortinamento das estratégias discursivas, a linguagem, enquanto foco de análise, não é considerada como um meio transparente para refletir a maneira como as coisas são; ao contrário, passa a ser vista como uma ferramenta muito relevante na construção e disputa dos campos sociais.

Segue-se, então, que o reconhecimento desse processo de construção simbólica apóia-se numa análise compreensiva dos jogos de linguagem e estratégias discursivas realizadas pelos atores envolvidos nas disputas do campo. Mais precisamente pode-se dizer que, para Bourdieu (1998b), é possível identificar, nas estratégias discursivas, os tipos de poder (capital) simbólico adotados pelos atores, com a finalidade de impor definições e sões do mundo social, mais de acordo com suas posições, numa luta que é propriamente simbólica. As práticas discursivas têm como elementos constitutivos estratégias lingüísticas, presentes nas mais variadas formas, apresentadas no Tabela 1, e que nortearão a análise de discurso do Informe de Brundtland na item 2 desse artigo.

<b>Antítese</b>	Estabelece contrastes que são opostos, mas não divergentes
<b>Colocação</b>	São co-ocorrências entre palavras em um texto. Identificadas pela frequência com que um adjetivo é utilizado para modificar um substantivo.
<b>Equivalência</b>	São estabelecidas utilizando listas ou substituições, como se fossem sinônimos.
<b>Metáfora</b>	A metáfora tem função de criar uma analogia entre um conceito e outro
<b>Modalidade</b>	Especifica o nível de comprometimento. Tem a ver com pretensão de verdade e/ou com obrigação (não pode existir qualquer outra alternativa).
<b>Tom/modos</b>	Declarativo, imperativo, interrogativo. Preferências sistemáticas podem ser sociologicamente ou ideologicamente significantes.
<b>Nominalização</b>	Representa um processo como um nome, um substantivo, tornando esse processo genérico e vago. A responsabilização pode ser obscurecida com a nominalização.
<b>Excesso de palavras</b>	Proliferação de diferentes palavras na mesma área de significado. Pode ser indicativo de uma preocupação ideológica intensiva.
<b>Transitividade</b>	O maior interesse está em perceber que se omite os atores, podendo fazê-lo porque são óbvios ou porque há intenção de ofuscar os agentes e responsabilidades.
<b>Pressuposição</b>	Textos são sempre uma mistura de significados implícitos e explícitos. Às vezes o que é pressuposto (tido como dado), não está em debate (é mero senso comum). Outras são contenciosas, elas pressupõem (assumem) determinadas coisas que são questionáveis.
<b>Pronomes</b>	A questão é saber quem exatamente é incluído? Quem são esses atores sociais que se encarregam dos problemas? Quais as propriedades sociais desses atores?
<b>Ethos Estilo</b>	Formas sutis de argumentação persuasivas que jogam com relações de poder (apela à emoção) Estilos tem a ver com desempenho geral: com identidades políticas e valores; com o modo como atinge consenso; como ele representa o mundo social, o processo governamental e político; como projeta a identidade particular a valores específicos.

Tabela 1 - Práticas discursivas orientadoras da análise de discurso (adaptado de Misoczky, 2002, a partir de Fairclough, 2000 e 2001).

## 2 Desvelando a estratégia discursiva do Relatório de Brundtland

### 2.1 A elaboração de uma agenda internacional: circunstâncias, justificativas e propósitos

A noção de desenvolvimento sustentável (DS) está vinculada à divulgação de uma agenda para nortear mudanças nos padrões de desenvolvimento econômico, a ser adotada internacionalmente, a qual foi elaborada por uma comissão com representantes de 21 países do mundo. Nas páginas iniciais do Relatório se constata a preocupação dessa comissão em justificar os motivos da emergência de uma intervenção de cunho internacional, legitimada por órgãos representativos.

*“Muitas questões críticas de sobrevivência estão relacionadas com o desenvolvimento desigual, com a pobreza, com o aumento populacional. Todas elas impõem pressões sem precedentes sobre as terras, águas, florestas e outros recursos naturais do planeta, e não apenas nos países em desenvolvimento. (...) A deterioração do meio ambiente pode prejudicar o desenvolvimento econômico.”*(CMMAD, 1988, p.346)

As palavras grifadas são “colocações” utilizadas como se fossem sinônimos, contendo também a conotação de “pressuposição”, ou seja, é tido como dado que as mesmas são as principais responsáveis pela degradação ambiental, afetando o desenvolvimento econômico. Estes recursos retóricos perpassam não apenas este trecho como vários momentos do documento, e sua identificação possibilita desopacificar o sentido explícito da mensagem. A expressão *todas elas impõem pressões sem precedentes* reforça este efeito da prática discursiva, que tem uma preocupação de legitimar este documento a partir de um “estilo” persuasivo, com formas sutis de argumentação. Ao identificar tais estilos comunicativos e desvelar o sentido retórico do discurso, pode-se dizer que os mesmos são utilizados para justificar a necessidade da manutenção das reservas ambientais, o que é um dos principais alvos de disputa no Campo Internacional do Desenvolvimento Sustentável (CIDS).

A utilização de outras expressões retóricas, como no exemplo a seguir, evidência que esta disputa está voltada para o crescimento econômico e não para questões sociais.

*“Hoje temos de nos preocupar também com o modo como a deterioração ambiental pode impedir ou reverter o desenvolvimento econômico.” (...) “O necessário, agora, é uma nova era de crescimento econômico, um crescimento convincente e ao mesmo tempo duradouro do ponto de vista social e ambiental (...). Chegou o momento de romper com os padrões do passado (...) é preciso buscar segurança através de mudança. A Comissão aponta várias providências que podem ser tomadas para reduzir os riscos ambientais à sobrevivência e indicar rumos sustentáveis para o futuro desenvolvimento. Sem essa nova orientação das atitudes e prioridades, pouco se conseguirá.” (CMMAD, 1988, p.38 e 346)*

As expressões grifadas são utilizadas estrategicamente com a intenção de propor um novo padrão de crescimento de forma inquestionável, conferindo o sentido de obrigação ou de pretensão de verdade (“modalidade”). Percebe-se, novamente, o que é disputado neste campo: o capital ambiental, não como um bem da humanidade, mas como um meio para viabilizar o desenvolvimento econômico. A impressão é que tal enunciado, repleto de posições contraditórias e com um sentido vago, é estrategicamente vantajoso para os atores que dominam o campo, ao desviarem o foco para o que de fato está em disputa.

Sobre as atribuições conferidas à Comissão, percebe-se que há um sentido amplo e, ao mesmo tempo, vago em suas intenções para viabilizar um desenvolvimento sustentável.

*“Reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e desenvolvimento, e formular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações no sentido de mudanças necessárias; e dar aos indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme.” (CMMAD, 1988, p.14)*

A natureza retórica deste discurso permite dizer que os verbos indicativos de ações estratégicas (*reexaminar, orientar, formular*) provocam, quando combinados, a idéia de constituir um processo com proposições claras de responsabilização de todos os integrantes da Comissão. Este jogo retórico que contém formas sutis de relações de poder pode ser desvelado com alguns questionamentos. Por exemplo, qual o sentido de propostas realísticas e a quem compete a sua formulação? Quem está legitimado para orientar as políticas? Que *mudanças necessárias* são estas? Quem está incluído na “*cooperação internacional*” e qual seus condicionantes? Esclarecimentos destas questões, bem como de outras que emergem na análise, proporcionarim subsídios para desvelar os significados do discurso do desenvolvimento sustentável, consagrado neste campo, bem como sua relação com novos padrões de crescimento econômico adotados pela comunidade internacional, nos anos seguintes.

Com a análise desses enunciados iniciais verifica-se que este documento, dotado de um grande valor simbólico, é moldado para passar a idéia de que representa a única alternativa internacional para os graves problemas sociais e ambientais vivenciados. O esforço de legitimação, visando a adesão da comunidade internacional, se dá pela retórica de cunho humanístico.

*“A Comissão acredita que os homens podem construir um futuro mais próspero, mais justo e mais seguro.(...) Se não conseguirmos traduzir nossas palavras numa linguagem capaz de tocar os corações e as mentes dos jovens e idosos, não seremos capazes de empreender as amplas mudanças sociais necessárias à correção do curso do desenvolvimento.(...)Vemos a possibilidade de uma nova era de desenvolvimento econômico(...) e acreditamos que esse crescimento é absolutamente essencial para*

*mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento.*” (CMMAD, 1988, p.1)

As palavras grifadas são usadas como recursos retóricos apropriados para convencer sobre a emergência e inevitabilidade de uma nova abordagem de desenvolvimento. É um estilo de linguagem que busca, no apelo à emoção e aos valores fundamentais da vida, um meio de legitimar o discurso na comunidade internacional. Ao analisar criticamente as expressões, se percebe que essas não são abordadas de forma ético-crítica, como sua complexidade social exige. Isso oferece indícios de que tais expressões são usadas como recurso retórico para atingir legitimidade na disputa no campo. Esta é a lógica da aparência discursiva, com suas formas sutis de argumentação, cujas expressões detêm poder de potencializar o sentido restante do discurso, ofuscando as intenções dos atores em disputa.

A posição de neutralidade assumida pelos representantes dos países em desenvolvimento, no que se refere à forma como os problemas sociais foram tratados no CIDS, é resultante de acordos que, segundo Bourdieu (1998a), nem sempre são conscientemente adotados pelos participantes, pois o poder simbólico só se exerce com a colaboração daqueles que o sofrem, o que é facilitado pelos esquemas de percepção e pelas disposições. Assim, o que possibilita esta aparente harmonia neste jogo são as relações de cumplicidade em torno de uma disputa pelo mesmo objeto, ou seja, uma nova concepção de desenvolvimento atrelada a um novo padrão de crescimento econômico. A capacidade de mobilização política e a busca de legitimidade passa a ser também um importante poder simbólico em disputa.

*“Os países em desenvolvimento precisam de um apoio financeiro muito maior de fontes internacionais para a restauração do meio ambiente, sua proteção e melhoria, e para poderem efetuar transição para o DS. Em nível global, há grande possibilidade institucional de conseguir tal apoio. Tal possibilidade é representada pelas Nações Unidas e suas agências especializadas; pelos bancos multilaterais de desenvolvimento, notadamente o Banco Mundial (...).”* (CMMAD, 1988, p.376-377)

Este fragmento expressa um tom de “*pressuposição*” sobre a forma de apoio financeiro e sua finalidade, ou seja, encerra, estrategicamente, uma pretensão de verdade, que tem relação com tipos de capital para disputa neste campo (domínio econômico dos países desenvolvidos e reservas naturais detidas pelos países em desenvolvimento).

Adotando o referencial de Bourdieu (1998a) é possível identificar que os países em desenvolvimento não entraram no jogo desprovidos de capital para disputa. Valendo-se de suas reservas naturais, estavam empenhados em garantir o maior montante de recursos financeiros e tecnológicos e a maior liberdade possível de sua aplicação. Desse modo, como estratégia, acenavam a cumplicidade com as regras do jogo, com o propósito de obter uma negociação mais vantajosa nos termos ditados pelos atores mais poderosos nesse campo. Entretanto, é possível dizer que os países em desenvolvimento, bem como as ONG’s ambientalistas, superestimaram seu poder de barganha ao concentrarem-se na disputa pela problemática ambiental. Havia outras barreiras colocadas pelos representantes dos países desenvolvidos, que competiam também pela exploração do domínio de tecnologias que deveriam ser utilizadas para reduzir os danos ao ambiente.

## **2.2 A disputa pelo conceito de desenvolvimento sustentável**

Apesar da idéia do DS ter se originado entre os ambientalistas na década de 60 e de ter sido retomado em 1972, com a Conferência de Estocolmo, foi no período de elaboração do Relatório de Brundtland – década de 80 - que o conceito formalizou-se, passando a nortear e legitimar os princípios constitutivos do documento.

Como após a apresentação do Relatório (em 1988), o desenvolvimento sustentável (DS) passou a ser expressão chave, o *slogan* para agências internacionais de fomento na

formulação de políticas públicas, para temas de conferências, de pesquisas e *papers*, é relevante compreender os mecanismos discursivos que este conceito articula, e que podem estar conferindo sentido a muitos estudos e práticas atuais sobre sustentabilidade. Vários aspectos contraditórios, obscurecidos no Relatório, são identificados com a análise crítica do discurso. Há um jogo retórico para “pressupor” DS enquanto atendimento das necessidades humanas. Entretanto, a análise crítica revela que o sentido dessa “pressuposição” está nas oportunidades de consumo material.

*“O DS exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades.”* (CMMAD, 1988, p.9)

Essa noção economicista, atribuída de forma não tão clara à noção de sustentabilidade, é reforçada quando relaciona o conceito com novas tecnologias. Essa intenção discursiva é reforçada retoricamente, conforme exemplo a seguir, ao utilizar um “excesso de palavras” (grifadas) com sentidos próximos, indicando uma preocupação intensiva em relacionar novos padrões de desenvolvimento ao sentido de sustentabilidade.

*“O DS não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional, estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. Esse não é um processo fácil, sem tropeços e, em última análise, sua viabilidade depende do empenho político. Os desafios são interdependentes e complementares, exigindo abordagens abrangentes e ampla participação popular.”* (CMMAD, 1988, p.10)

Tais concepções genéricas e vagas de sustentabilidade, abertas a várias interpretações, favorecendo os atores posicionados de modo hegemônico no CIDS, é que compõem o conceito oficial de DS.

*O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. (...) A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável, de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas.”* (CMMAD, 1988, p.46-48)

Apesar de ter o poder de invocar para a necessidade de mudança de atitude em várias instâncias, a análise crítica deste recorte mostra que o mesmo é vago na sua essência, obscurecendo a responsabilização pelo mesmo. A “nominalização” é uma prática discursiva que serve de apoio para visualizar esse processo conceitual, que responsabiliza a humanidade, de uma maneira geral, para sua viabilização. Também o uso da “transitividade”, ofuscando os atores envolvidos na viabilização do DS.

Esse jogo retórico evidencia contradições na concepção de DS: por um lado, manifesta, sua finalidade de ruptura com o modelo de desenvolvimento pautado na racionalidade econômica; por outro, enaltece a satisfação das necessidades humanas via consumo de bens materiais no mercado.

*“Para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor.”* (CMMAD, 1988, p.9) *“As necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo (...) A satisfação das necessidades depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas.”* (CMMAD, 1988, p.47)

O “excesso de palavras” com um mesmo sentido, sugerindo uma área particular de mensagem simbólica que é associar atendimento de necessidades com crescimento

*econômico*, é indicativo de uma preocupação ideológica intensiva. Esta ambivalência, cujos sentidos têm se mostrado historicamente como contraditórios, opera como uma estratégia simbólica para indicar uma nova ordem social, como se abrisse espaço para possibilidades novas de intervenção. Em outras palavras, esse efeito do discurso evidencia que o conceito de sustentabilidade disputado tem, na verdade, foco na manutenção de padrões de crescimento e que o tema das necessidades básicas é utilizado como apelo de sentido humanitário em busca de sua legitimação. Envolve, portanto, um processo estratégico de articulação simbólica da linguagem (que encerra ideologias e interesses não explícitos) que se sobrepõe a uma política representativa, ética, equitativa, de viabilização de um novo modelo de desenvolvimento, que vá além da dimensão econômica e que tenha como referência principal a vida humana.

### 2.3 O sentido da viabilidade de um novo modelo de desenvolvimento

Para compreender os argumentos e abordagens sobre a viabilidade de uma mudança do modelo de desenvolvimento, inicia-se analisando os principais fatores anunciados como centrais à necessidade de ruptura com os padrões do passado: destruição do ambiente ecológico; aumento da miséria e da pobreza; diminuição da qualidade de vida nos países em desenvolvimento. A questão central não está em desconsiderar a veracidade ou não de tais fatores, mas desopacificar o sentido dos mesmos com relação a o que é disputado neste campo e com que capital os atores o fazem. Assim, desvelar o sentido da viabilidade do discurso do relatório de Brundtland implica em “não aceitar” a idéia de que a emergência de novos padrões de crescimento seja em prol da satisfação da vida humana e da preservação da vida do planeta. Conforme evidenciado nas análises anteriores, os interesses dos atores hegemônicos nesse campo são as *reservas naturais*, o *domínio tecnológico* e a *capacidade de articulação político-econômica*.

*“Está se tornando cada vez mais comum a contaminação de solos, de lençóis freáticos e de pessoas por agrotóxicos, e a poluição por produtos químicos se estende a todos os pontos do planeta.(...) Aumentou a incidência de graves acidentes provocados por produtos químicos tóxicos.” (...) “Nas Américas Central e do Sul muitos governos incentivaram a conversão em larga escala de florestas tropicais em fazendas de criação de gado.”* CMMAD, 1988, p.172)

A força simbólica das palavras grifadas para argumentar sobre a necessidade de um outro padrão de desenvolvimento revela o uso do “*ethos*” como uma prática discursiva que confere um poder persuasivo. A identificação do uso do “*excesso de palavras*” (contaminação, poluição, graves acidentes), dá um sentido de urgência para o modelo, como se não existisse futuro sem tal condição. A responsabilização sobre os países em desenvolvimento evidencia que o foco da disputa é nesta esfera física, onde se localizam as maiores reservas ambientais, fundamentais ao crescimento econômico. É óbvio que não é este o alvo de interesse das ONGs ambientalistas, que, aparentemente, parecem não terem elaborado outras alternativas frente a este discurso, que em alguns aspectos contemplava seus interesses. Essa aparente harmonia entre atores que ocupam posições opostas no campo (economistas e ambientalistas, países desenvolvidos e em desenvolvimento), evidencia que os mesmo estão de acordo com o que é objeto de disputa (reserva ambiental). Nesse jogo, os *reflexos da destruição ambiental* são sempre sobre o desenvolvimento; nunca sobre a vida humana. Esta afirmativa é reforçada no trecho a seguir.

*“As maiores preocupações voltavam-se para os efeitos do desenvolvimento sobre o meio ambiente. Hoje temos de nos preocupar também com o modo como a deterioração ambiental pode impedir ou reverter o desenvolvimento econômico.”* (CMMAD, 1988, p.38)

O Relatório segue um jogo de linguagem, ora centrando no ser humano, ora no meio ambiente e ora no crescimento econômico, num movimento de rearticulação constante, com



foco nos dois últimos, e com primazia do econômico. A vida humana é tratada como um recurso secundário, embora a “*prática discursiva*” intencione obscurecer este aspecto. As necessidades dos seres humanos são sempre atreladas ao meio ambiente e no mercado. Nesse jogo não é questionada a gênese histórica do esgotamento das reservas naturais e dos seus danos ecológicos. O problema é analisado a partir do cenário vivido naquele momento da disputa.

### 2.3 O sentido da responsabilização

A análise crítica do discurso revela que, ao contrário do que é anunciado em várias passagens, esse documento não é de cunho coletivo e *dialógico*, representativo dos interesses da maioria dos representantes, mas sim, é *monológico*, servindo de veículo aos interesses de uma minoria dominante no cenário internacional.

*“A Comissão contou com apoio de milhares de indivíduos de todo o mundo, muitos dos quais estão aqui relacionados (...) Inúmeras pessoas trabalharam horas a fio na preparação de documentos para as audiências públicas, relatórios para os painéis consultivos e estudos para a Comissão. O resultado foi certamente mais completo, mais realista e mais voltado para o futuro do que qualquer um de nós, sozinho, poderia conseguir. Chegamos à comissão com opiniões e perspectivas diferentes, valores e crenças diferentes. Após três anos de trabalho, apresentamos um relatório que é de todos.”* (CMMAD, 1988, p.403)

A ênfase na utilização da terceira pessoa (“nós”) “*nominaliza*” esse processo de elaboração do documento como se fosse resultante de uma *regularidade coletiva*. A tentativa de reforçar essa idéia vale-se da “*equivalência*”, isto é, com o uso de uma frequência de palavras (*opiniões, perspectivas, valores, crenças*) para potencializar o sentido da diversidade coletiva que se quer demonstrar estar presente neste documento. Este recurso é estrategicamente vantajoso em termos de aceitação pública do documento, pois mobiliza o sentido do senso comum.

Também o sentido de *responsabilização* tem relação não somente com os autores do texto, mas com as competências de intervenções, partindo do tipo de responsabilização que é disputado neste campo: (1) *voltada para os países em desenvolvimento*: responsabilizados pela não preservação do ambiente ecológico, em função de seus problemas sociais e incapacidade administrativa; (2) *voltada para os países industrializados*: responsabilizados pelas novas alternativas tecnológicas e econômicas para viabilizar novos padrões de desenvolvimento. A ênfase desta justificativa vale-se, novamente, da “*equivalência*” como recurso da prática discursiva, criando e reduzindo, estrategicamente, diferenças entre os dois blocos. Relaciona insustentabilidade com crise (dos países em desenvolvimento) e meios de combatê-las (países industrializados). Essas diferenças podem ser mais bem identificadas no recorte a seguir.

*“Tendo em vista as seqüelas do modelo desenvolvimentista adotado pelos países industrializados e pelas tendências de crescimento para o séc. XXI, é evidente que serão necessárias medidas muito mais enérgicas e generalizadas para reduzir, controlar e evitar a poluição industrial.”*(...) *“Os governos do Terceiro Mundo podem conter a destruição das florestas tropicais e de outras reservas de diversidade biológica sem comprometer suas metas econômicas. (...) Os próprios países em desenvolvimento acabarão tendo que suportar as conseqüências da industrialização inadequada; e cabe a cada governo a responsabilidade final de assegurar a sustentabilidade do seu desenvolvimento.*(...) *As opções são suas mas precisarão de toda assistência técnica, financeira e institucional que a comunidade internacional puder reunir para ajudá-los a fixar um rumo ecologicamente viável para o desenvolvimento, além de sustentável.*” (CMMAD, 1988, p.236 e257 ).

Diferentemente dos países em desenvolvimento, ao “nominalizar” os países periféricos pela destruição das reservas, o uso de tal prática discursiva obscurece estrategicamente a responsabilidade dos países industrializados. Além de estes serem citados em menor frequência no decorrer do Relatório, quando ocorre é utilizada uma linguagem sutilmente monitorada, para atenuar a responsabilização dos atores dominantes neste campo. Esta prática discursiva vale-se também de um “estilo” comunicativo de cunho persuasivo para mobilizar a opinião pública sobre a necessidade de intervenção efetiva sobre a questão, envolvendo a ação de atores que detêm capital econômico, tecnológico e político.

*“Poucos governos das cidades do mundo em desenvolvimento, cujas populações crescem em ritmo acelerado, dispõem de poderes, recursos e pessoal treinado para fornecer-lhes as terras, os serviços e os sistemas adequados a condições humanas de vida: água potável, saneamento, escolas e transportes.” (...) “É imperativo que os países industrializados desempenhem um papel de liderança ao ajudarem os países em desenvolvimento em sua transição para o desenvolvimento. De fato, é difícil imaginar que esses países efetuem tal transição de modo eficaz e oportuno sem essa participação e essa ajuda.” (CMMAD, 1988, p.266 e 376-377)*

A utilização do “ethos”, enquanto prática discursiva, tem neste recorte, o poder de jogar com formas sutis de argumentação e, com isto, mobilizar no senso comum a necessidade da dependência financeira e tecnológica dos países desenvolvidos, com uma naturalização implícita. Nessa construção simbólica para legitimar a inevitabilidade e irrestibilidade para a mudança, a análise crítica desvela um outro sentido para a responsabilização, o da culpabilização da pobreza pela destruição ambiental.

*“O aumento da pobreza e o desemprego vem pressionando ainda mais os recursos ambientais. (...) A própria pobreza polui o meio ambiente, criando outro tipo de desgaste ambiental. Para sobreviver os pobres e famintos muitas vezes destroem seu próprio meio ambiente: derrubam florestas, exaurem as terras marginais e acorrem cada vez mais para cidades já congestionadas.(...) Se as pessoas destroem a vegetação para ter alimento, forragem combustível ou madeira, o solo perde sua proteção.” (...) “A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe fatores subjacentes à pobreza mundial e a desigualdade internacional.” (CMMAD, 1988, p.30-34 e 346)*

A pobreza é culpabilizada pela destruição ambiental. O uso da “nominalização” evidencia a preocupação em direcionar a atenção do leitor para esta área particular da mensagem onde, claramente, os “culpados” pelos danos ambientais são os pobres que, por sua vez, existem como aspecto da paisagem. Ou seja, a pobreza não tem causas nem rosto e, como se não bastasse, é ainda responsabilizada por comprometer o futuro do planeta. Como “a pobreza” é, além de tudo, ignorante, é preciso que alguém tutele seu estar no mundo, disciplinando (sem alterar) as relações desses grupos sociais. Nesta lógica, em que a miséria é tida como dada, e como causadora de danos ao meio ambiente, o processo é invertido, tratando as consequências deste modelo excludente como se fossem causas da insustentabilidade. Neste sentido, a pobreza é focalizada sob um enfoque reducionista e estratégico, desviando a atenção dos responsáveis por esse quadro. Esta é a competência do discurso, com seu poder de veicular interesses sem dar a impressão de fazê-lo.

Um outro “estilo” de responsabilização é identificado quando o Relatório aponta agências e instituições econômicas internacionais (FMI e BM) como as responsáveis pela condução do DS, com apoio das Nações Unidas, indicando, ainda, a reserva de espaço para a atuação de empresas multinacionais nos países em desenvolvimento. É interessante observar que FMI e BM detêm capitais simbólicos de cunho econômico e político suficientes para lhes conferir uma a posição de destaque nas disputas neste campo. Vale lembrar que esses órgãos

detêm a hegemonia na fixação de parâmetros de financiamento e controle de políticas sociais e econômicas em escala internacional.

*“As empresas multinacionais têm importante papel a desempenhar no DS, sobretudo na medida em que os países em desenvolvimento passem a depender mais de capital social estrangeiro. Mas para que as empresas influam de modo positivo no desenvolvimento, a capacidade de negociação dos países em desenvolvimento, em relação às multinacionais, devem ser fortalecidas, a fim de obterem condições que respeitem seus interesses ambientais.” (...). “A ONU pode e deve ser fonte significativa de liderança na transição para o DS e no apoio aos países em desenvolvimento para que efetuem essa transição. (...) O BM lidera de modo significativo a reorientação dos programas de empréstimo, demonstrando grande sensibilidade para com os problemas ligados ao meio ambiente e ao apoio ao desenvolvimento sustentável. (...) O FMI também exerce grande influência sobre as políticas de desenvolvimento dos países em desenvolvimento(...). Por isso, é também essencial que também o FMI inclua, em seus programas e políticas, critérios objetivos de DS.” (CMMAD, 1988, p.20, 354 e 376-377)*

Esse discurso que mostra apenas um lado deste jogo, o da intervenção desses órgãos internacionais (FMI e BM), revela-se contraditório quando, ao evidenciar a necessidade de fortalecer os países em desenvolvimento, vale-se das estratégias usuais do modelo desenvolvimentista. Esse poder de manipulação é ofuscado quando o discurso usa artifícios retóricos, oferecendo a impressão de ajuda benevolente por parte dessas instituições e agências reguladoras aos países devedores, os quais, além de manter suas reservas, deverão importar tecnologias dos países desenvolvidos para adequar-se a um desenvolvimento mais sustentável.

*Grande parte do esforço de criar e difundir tecnologias deverá basear-se no intercâmbio internacional de tecnologia: mediante comércio de equipamentos mais modernos, acordos de transferência de tecnologia, fornecimento de especialistas. (...) O verdadeiro desafio será assegurar que as novas tecnologias cheguem a todos que precisam dela, superando problemas como falta de informações ou impossibilidade de pagar por tecnologias desenvolvidas comercialmente.” (CMMAD, 1988, p.95)*

A “modalidade” é uma prática discursiva estrategicamente utilizada neste recorte, quando coloca um sentido de obrigação à difusão de inovações tecnológicas e o conseqüente comprometimento (“verdadeiro desafio será assegurar novas tecnologias”), enquanto um sentido reivindicatório, que assume um papel categórico. O uso dessa retórica, desafiador que confere “obrigação” à difusão de inovações tecnológicas enquanto alternativa aos problemas da crise dos padrões de desenvolvimento, indica o que realmente se disputa neste campo, e que não confere sustentabilidade alguma, aos países periféricos. Historicamente é sabido que estes não conseguem produzir suas próprias tecnologias, devido aos altos custos decorrentes da instabilidade e das novas exigências e estratégias do mercado internacional, impostas pelos países desenvolvidos, que são produtores e exportadores da maioria do arsenal tecnológico inovador. O fato desse quadro já ser sentido no contexto histórico em que se deu a elaboração deste documento, reforça, ainda mais, que este Relatório tem finalidades estratégicas muito bem articuladas no CIDS.

## 2.4 O foco das alternativas estratégicas

Os discursos analisados até o momento permitem perceber o quanto os recursos simbólicos são utilizados estrategicamente para direcionar as disputas no sentido da viabilização de um sentido de desenvolvimento sustentável, vinculado, essencialmente ao domínio de tecnologias, ao capital ambiental e à capacidade de preservar/ampliar a hegemonia política. Se o leitor não adota uma análise crítica, é possível idealizar que esta agenda esteja

voltada para garantir a qualidade de vida e bem-estar da população, através de ações efetivas de desenvolvimento social, político e econômico, como o discurso tenta legitimar ao senso comum. Para desnaturalizar essa leitura, selecionou-se alguns aspectos que se apresentam com mais regularidade em todo discurso.

A política de DS que tem como um dos principais focos estratégicos **a manutenção das reservas ambientais** parte de bases utilitaristas, buscando na economia neoclássica seu referencial: os valores ambientais, no que se refere aos direitos das gerações futuras ou à vida natural, apenas possuem sentido se forem uma expressão de utilidade, isto é, um meio físico essencial à manutenção da produção.

*“As maiores preocupações voltavam-se para os efeitos do desenvolvimento sobre o meio ambiente. Hoje temos de nos preocupar, também, com o modo como a deterioração ambiental pode impedir ou reverter o desenvolvimento econômico.”* (CMMAD, 1988, p.38)

Outra regularidade discursiva verificada em várias passagens do Relatório diz respeito à **atenção à saúde e ao bem-estar**, abordados a partir de um discurso camuflado pela retórica neoliberal, que reforça a exclusão da grande maioria das populações pobres. Trata-se, estrategicamente, de imprimir uma concepção de desenvolvimento sustentável com uma visão de saúde voltada para a problemática social. São enunciados pretensamente mobilizadores do senso comum, impregnados de receituários de baixo custo. A análise crítica deste documento desmascara este efeito simbólico, evidenciando o valor de mercado que é atribuído à saúde humana.

*“Uma boa saúde é à base do bem-estar e da produtividade humana. Por isso uma política sanitária em bases amplas é essencial ao DS.” (...) “Um bom ponto de partida é proporcionar serviços básicos de saúde e assegurar que todos tenham oportunidade de usá-los. Nesse caso a infra-estrutura é relativamente barata e pode ser muito benéfica para a saúde e o bem-estar. (...) As necessidades da população são determinadas social e culturalmente e o DS requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro dos limites das possibilidades ecológicas.”* (CMMAD, 1988, p.119, 120 e 47)

Esses enunciados estão repletos de interesses que não correspondem aos interesses e necessidade da maioria da população no sentido de uma melhor qualidade de vida. Nestes recortes se percebe uma “*equivalência*” entre bem-estar, saúde, produtividade e consumo, como algo naturalizado nas sociedades. A identificação da “*pressuposição*” de que a bem-estar é deliberadamente relacionado à possibilidade de acesso a padrões de consumo, implica afirmar que este discurso do DS é movido por uma ética utilitarista.

Quando diz que a “política sanitária” deve pressupor “*bases amplas*” de intervenção, “*assegurar a todos oportunidades...*”, o texto do Relatório as vincula a ações e infraestruturas “*baratas*”, ou seja, de baixo custo. Este discurso será adotado, a partir do final da década de 80 pelo BM e FMI, indicando a adoção, pelos países em desenvolvimento, de “pacotes essenciais” ou “cestas básicas”, para a atenção à saúde dos pobres. Para os demais o acesso a serviços complexos e resolutivos pela via do mercado.

Além disso, a abordagem da saúde privilegia a afirmação da necessidade de realizar controle de natalidade.

*“A sustentabilidade do desenvolvimento está diretamente ligada à dinâmica do crescimento populacional. É mais fácil buscar o desenvolvimento sustentável quando o tamanho da população se estabiliza num nível coerente com a capacidade produtiva do ecossistema. (...). É preciso baixar rapidamente os índices de crescimento populacional, sobretudo em regiões do terceiro mundo, como África, onde os índices estão se elevando. (...) Como o tempo é escasso os países em desenvolvimento terão que adotar medidas diretas e baratas para reduzir a fecundidade (acesso aos serviços*

*de planejamento familiar), a fim de não ultrapassar de modo radical seu potencial produtivo capaz de sustentar suas populações.” (CMMAD, 1988, p.60)*

Esse recorte resume praticamente todos os demais sentidos existentes em outros fragmentos, por isso a sua escolha para análise. O recurso retórico que se identifica numa instância inicial é a “*pressuposição*” de que o aumento populacional é responsável pela inviabilidade do crescimento econômico. Ao se associar isto com análises de recortes anteriores, percebe-se que esta correlação tem como um dos motivos a manutenção das reservas naturais nos países pobres do mundo, conforme o enunciado abaixo. Novamente, a estratégia discursiva é voltada para os cenários sociais dos países em desenvolvimento. Estas estratégias discursivas desviam o foco de atenção do problema. Tal ideologia considera o ser humano como um ser domesticável, desprovido de autonomia e de direitos. Um recurso que deve, portanto, ser “bem tratado” para poder ser “aproveitado”. O poder simbólico destas expressões, imprimindo uma naturalização a esta forma de conceber as pessoas, é próprio do espaço da produção de bens de consumo e de serviços. Nesse espaço o homem é desprovido de sua essência.

## **2.5 Algumas sínteses da análise discursiva do “Relatório de Brundtland**

Esta análise crítica, com auxílio do referencial teórico de Pierre Bourdieu e de Norman Fairclough, permitiu revelar que o discurso do Relatório, repleto de recursos retóricos que obscurecem ou desviam o foco de atenção do leitor dos problemas e responsabilizações reais que envolvem o modelo desenvolvimentista, é na sua essência, insustentável. Um discurso que visa englobar a todos, mas que culpabiliza excessivamente os países em desenvolvimento pela insustentabilidade do modelo é, no mínimo, excludente, apesar de sua linguagem ser inclusiva. Pode-se afirmar que este foi, intencionalmente, um documento de disputa política com predomínio da lógica econômica na determinação do que devam ser o conceito e as ações estratégicas da sustentabilidade. Mais do que isto, é o poder econômico, em sua vertente neoclássica, que pauta o domínio desta disputa e do que seja o espaço do meio ambiente na vida política, social e econômica.

Os atores comprometidos com o DS parecem estar numa encruzilhada: ou bem se assumem como submetidos aos interesses econômicos, reduzindo a problemática ambiental, ou buscam elaborar novos referenciais.

### **A título de conclusão: por um outro referencial de sustentabilidade**

Diante dessa desconstrução do referencial de sustentabilidade inscrito no Relatório de Brundtland, há necessidade de pontuar aspectos que possam sinalizar para um novo referencial de desenvolvimento, com um novo sentido de sustentabilidade. Optou-se por adotar a obra de Henrique Dussel, como referência para esse início de reflexão alternativa, devido à sua consistência epistemológica e ideológica ao propor uma nova base teórico-prática que se contraponha à lógica vigente deste discurso do DS. O *princípio de uma ética universal da vida humana* é, pois, a essência de sua tese e alvo deste item final.

Para atingir um desenvolvimento com base numa *ética para libertação*, Dussel (2002) diz ser necessário romper com as bases éticas pautadas em princípios dualistas e utilitaristas, dentre outros, que fortalecem o sistema vigente. Segundo esse autor, para o utilitarismo, o bem-estar do ser humano, não tem relação com *um critério universal*, pois tem por base a lógica de uma economia distributiva, onde o foco está no valor do produto (mercadoria) que é exatamente constituído pelo desejo ou pelas preferências do comprador (potencial consumidor). O utilitarismo se move num círculo abstrato da razão instrumental, onde o fim é o bem-estar e onde os meios para alcançá-lo são calculados formalmente, mas sempre dentro do mercado capitalista como horizonte.

A objetividade da realidade não antecede a vida humana, mas é antes seu produto e seu pressuposto. A partir deste o princípio básico, Dussel (2002) afirma que é a vida humana que dá conteúdo a todas as ações, que deve determinar a ordem racional e também o nível das necessidades, pulsões e desejos, constituir o marco dentro do qual se fixam os fins. Nesse sentido, a vida é a possibilidade de ter fins, mas não é um fim, pois nenhuma ação calculada de racionalidade meio-fim é racional se eliminar, em sua consequência, o sujeito que sustenta essa ação. “À luz da racionalidade meio-fim, algo pode parecer perfeitamente natural; entretanto, à luz da racionalidade reprodutiva do sujeito pode ser perfeitamente irracional.” (Dussel, 2002, p.138)

É em função então, das vítimas, dos dominados e excluídos, do sistema hegemônico que Dussel (2002) focaliza sua atenção, justificando a necessidade de esclarecer o aspecto material da ética, para bem fundá-la e poder, a partir dela, dar o passo crítico. Parte da afirmativa de que todas as instâncias que abordam a ética voltada para uma vida melhor, nunca têm como base o *princípio universal da vida humana*. “A vida humana é o modo de realidade do sujeito ético, que dá o conteúdo a todas as suas ações, que determina a ordem racional e também o nível das necessidades, pulsões e desejos, que constitui o marco dentro do qual se fixam os fins. Os *fins* são colocados a partir das exigências da vida humana.” (Dussel, 2000, p.131-132)

Ao contrário das versões éticas utilitaristas, próprias de discursos com bases economicistas, Dussel (2002) aborda o critério material a partir da constituição de seu modo particular de realidade como vida humana, em que o sujeito acede à realidade objetiva pela razão prático-material e também ético-originária. Isto é o que lhe confere um caráter universal, o qual funda não apenas a ética, mas também a reprodução e o desenvolvimento da vida humana, sendo portanto, um critério universal de verdade. O autor aponta a crise ecológica como o melhor exemplo da exigência de uma nova conduta ética: “a espécie humana decidirá corrigir ética ou auto-responsavelmente os efeitos negativos não intencionais do capitalismo tecnológico devastador ou a espécie, como totalidade, continuará seu caminho rumo ao suicídio coletivo” (Dussel, 2002, p.142-143). Adverte que seria espontaneísmo suicida para a humanidade não admitir a importância crucial e estratégica da consciência crítica quando os efeitos perversos do sistema (como p. ex., a miséria crescente da humanidade atual e sua relação com as ‘receitas’ do FMI e BM, no seu neoliberalismo de mercado total ortodoxo). “Afirmamos a necessidade de um ‘desenvolvimento eficaz’ qualitativo em favor da vida como conteúdo material e da co-responsabilidade dos sujeitos.(...) Esse desenvolvimento como transformação com facticidade crítico-ética é o processo histórico da libertação” (Dussel, 2002, p.542).

Para Dussel (2002), esse é um processo que se dá, sempre, na intersubjetividade, de sujeitos particulares participantes constitutivamente numa comunidade de vida e comunicação, enquanto membros auto organizados, sempre com possibilidades de intervenção devido à consciência crítica coletiva. É, ainda, um *processo histórico de libertação* de sujeitos sócio-históricos, que têm memória de seu passado e que têm, também, e acima de tudo, projetos e programas de realização futura. Entretanto, estes só se realizam quando estas comunidades de vítimas alcançarem *organização suficiente*, ou seja, quando o *grau de subjetividade sócio-histórica* é tal que *emergem* como *sujeitos históricos* novos. É só nesse momento que estarão em condições de definir suas estratégias, suas táticas, seus métodos de luta, para *transformar* (em qualquer nível de complexidade prática: desde a norma até a eticidade), a realidade social e a subjetividade de cada sujeito. É importante não esquecer que esse processo de transformação tem como instância última crítico-prática, as vítimas de seu nível específico de intersubjetividade (a mulher, as raças, a vida humana na terra diante dos sistemas formais econômicos-tecnológicos, etc.) (Dussel, 2002).

A partir dessas fundamentações, pode-se dizer que seus princípios constituem bases referenciais instigantes para construir um outro sentido de sustentabilidade. Seu conteúdo ético contém princípios sinalizadores (de base transformadora) para a construção-desconstrução de um projeto de desenvolvimento que possa abrir alternativas concretas (projetos concretos). Entretanto, adotar o seu referencial, não significa estar cego a possíveis limitações de conteúdo, pois este, conforme diz o autor, não está acabado.

### **Referências bibliográficas**

- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalinas*. Oerias: Celta Editora, 1998a.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b
- COLE, H. S. *et al.* *Models of domo: a critique of the limits to growth*. New York: Universe Books, 1973.
- CCMAD - COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO. *Nuestro futuro comum*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FAIRCLOUGH, Norman. *New labour, new language?* London: Routledge, 2000.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2001.
- FIORI, José Luis. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. *Revista de Economia Política*, v.12, n.1, p.45-56, 1992.
- MEADOWS, D. A.; MEADOWS, D.; RANDERS, J. *The limits to growth*. Washington: Potomac Associates, 1972.
- MISOCZKY, Maria Ceci Araujo. *O campo da atenção à saúde após a Constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social*. Porto Alegre: Dacasa Ed., 2002.